

VII Aniversário do IPECE

Áreas de atuação do
IPECE e sua contribuição

DISOC

- Índice Municipal de Alerta (IMA)
- Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)
- Índice de Desenvolvimento Social (IDS)
- Indicadores Sociais do Ceará
- Acompanhamento das Metas do Milênio
- Acompanhamento do Rateio do ICMS dos Municípios
- Encontro de Economia do Ceará em Debate
- Prêmio Ceará Vida Melhor

DISOC

Textos para Discussão:

- TD 57 - Acompanhamento das Metas do Milênio e dos Avanços Socioeconômicos do Ceará
- TD 61 - Demanda por Serviços de Saúde no Ceará, uma Análise a Partir dos Dados da PNAD de 1998 e 2003.
- TD 63 - Arranjos Produtivos Locais e a Redução da Pobreza no Ceará.
- TD 64 - Determinantes do Acesso aos Serviços de Saneamento Básico no Ceará: O Caso do Esgotamento Sanitário
- TD 67 - Uma Análise do Analfabetismo, Fluxo e Desempenho dos Estudantes do Ensino Fundamental no Estado do Ceará.
- TD 68 - A Pobreza no Ceará: O Tamanho do Desafio e Uma Proposta.

DISOC

Textos para Discussão:

- TD 69 - Mensurando o Nível de Pobreza dos Municípios Cearenses a Partir do Índice de Desenvolvimento Familiar - IDF.
- TD 71 - Street Children in Brazil's Urban Areas: Do Incentive Policies Work?
- TD 72 - Um Estudo do Retorno da Educação na Região Nordeste: Análise dos Estados da Bahia Ceará e Pernambuco a Partir da Recente Queda da Desigualdade.
- TD 73 - Discriminação de Rendimentos por Gênero e Raça a Partir de Realidades Sócio-Econômicas Distintas.
- TD 74 - Perfil de Gênero no Ceará.
- TD 75 - Doença Infantil, Condições Econômicas no Nascimento e a Estatura dos Adultos no Brasil | (English version)

DIEC

- Análise Conjuntural;
- Boletim do Comércio Exterior;
- Boletim de Conjuntura Industrial;
- Análise do INPC-IBGE;
- Tesouro Estadual;
- Radar da Indústria;
- Radar do Comércio;
- PIB;
- Estudos Setoriais: Agropecuária, Indústria e Serviços;

DIEC

Textos para Discussão:

- TD 56 - A Influência do Clima no Desempenho da Economia Cearense.
- TD 59 - Mudança Estrutural no Setor Exportador Cearense: Evidências Empíricas a Partir do Teste de Chow.
- TD 60 - Um Estudo Sobre o Comportamento das Exportações dos Setores Calçadista e Têxtil do Estado do Ceará.
- TD 62 - Qualidade dos Gastos Públicos dos Municípios Cearenses: Uma Análise Envoltória de Dados
- TD 65 - Caracterização Socioeconômica e Geográfica dos Municípios que Compõem o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). (Trabalho conjunto com a GEGIN)

DIEC

Textos para Discussão:

- TD 66 - Renda do Trabalho, Renda de Transferências e Desigualdade: Uma Nova Proposta de Investigação Empírica da Curva de Kuznets para o Ceará.
- TD 70 - Municípios Exportadores Cearenses Uma Abordagem Recente.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)



PROJETO DE CONTAS REGIONAIS E PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) TRIMESTRAL CEARÁ

Fortaleza, Março/2010

ANTECEDENTES

ORIGEM/CEARÁ: SOLICITAÇÃO DO Sr. GOV. CIRO FERREIRA GOMES (1991-1994);

1996/1º Encontro das Instituições de Pesquisas (ANIPES);

1996/CONFEST/IBGE-RJ;

1997/1998: Projeto Piloto;

1999: 1º Publicação – 1985-1997;

2000: 1998;

2001: 1999;

2002: 2000;

2003: 2001;

2004: 2002;

2005 (4/11): 2003

2006 (16/11): 2004: Mudança Metodológica;

2007 (26/11): 2002-2005: Nova Série;

2008 (16/12): 2002-2006;

2009: 2002-2007.

METODOLOGIA E RESULTADOS DO PIB DO BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

METODOLOGIA E RESULTADOS

“A metodologia e a base de dados das Contas Regionais estão completamente integradas à série das Contas Nacionais, sendo seus resultados compatíveis com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 1.0.

Esses resultados também estão disponíveis no CD-ROM que acompanha a publicação, que inclui, além das informações do volume impresso, uma série histórica com dados relativos ao período de 2002 a 2007.

O conjunto dessas contas possibilita às empresas, governos e estudiosos efetuar análises sobre a capacidade competitiva das economias estaduais e a composição setorial e regional do Produto Interno Bruto do Brasil.

Informações metodológicas podem ser obtidas na publicação ***Contas regionais do Brasil***, da **Série Relatórios Metodológicos**”.

DEZ ANOS DE DIVULGAÇÃO



PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL

2000: DADA A DEFASAGEM TEMPORAL DAS CONTAS REGIONAIS TRÊS ESTADOS DESENVOLVERAM UMA METODOLOGIA PARA MOSTRAR O DESEMPENHO CONJUNTURAL DE SUAS ECONOMIAS:

1 CEARÁ;

2 PERNAMBUCO;

3 MINAS GERAIS.

DEPOIS:

4 BAHIA;

5 SÃO PAULO.

6 RIO GRANDE DO SUL: OPTOU POR UM ÍNDICE DE DESEMPENHO TRIMESTRAL.

IMPORTANTE:

1 ESTE TRABALHO É INDEPENDENTE DE CADA INSTITUIÇÃO.

2 OS ESTADOS ESTÃO INSISTINDO COM O IBGE PARA QUE COORDENE MAIS ESTE PROJETO EM NÍVEL REGIONAL.

3 A METODOLOGIA ESTÁ DISPONÍVEL NO SITEDO IPECE – **TEXTO PARA DISCUSSÃO, Nº 02.**

METODOLOGIA: PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL

1 COMPATÍVEL COM AS CONTAS NACIONAIS E REGIONAIS.

2 ABERTURA DOS SETORES/SUBSETORES.

3 PUBLICAÇÃO: SOMENTE TAXAS DE CRESCIMENTO (%). VALORES SÃO DIVULGADOS NO FINAL DE CADA ANO. POR ISSO, SÃO PRELIMINARES E SUJEITOS A RETIFICAÇÕES.

1 AGROPECUÁRIA

1.1 Agricultura, Silvicultura e Exploração Vegetal

1.2 Pecuária, e Pesca.

2 INDÚSTRIA

2.1 Indústria Extrativa Mineral;

2.2 Indústria de Transformação;

2.3 Serviços Industriais de Utilidade Pública;

2.4 Construção Civil.

3 SERVIÇOS

3.1 Comércio;

3.2 Alojamento e Alimentação;

3.3 Transporte, Armazenagem e Correio;

3.4 Serviços de Informação;

3.5 Administração, Saúde e Educação Públicas;

3.6 Saúde e Educação Mercantis;

3.7 Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar;

3.8 Serviços Prestados às Famílias e Associativos;

3.9 Serviços Prestados às Empresas;

3.10 Atividades Imobiliárias e Aluguel;

3.11 Serviços Domésticos

METODOLOGIA: PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL

Taxa de crescimento (%) do PIB trimestral a preços de mercado – Brasil, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Ceará - 2009

Períodos	Ceará	Bahia	Pernambuco	Minas Gerais	São Paulo (*)	Brasil
Trimestral (1)	3,8	7,2	5,4	4,6	3,9	4,3
Acumulado no ano (2)	3,1	1,7	3,8	-2,6	-1,1	-0,2
Acumulado em quatro trimestres (3)	3,1	1,7	3,8	-2,6	-1,1	-0,2
Trimestre/Trimestre imediatamente anterior	3,8	2,0

Fonte: Ceará/IPECE, Bahia/SEI, Pernambuco/Condepe-Fidem e São Paulo/Seade.

(*) As taxas de crescimento de São Paulo referem-se ao Valor Adicionado a preços básicos, ou seja, sem incluir os impostos líquidos de subsídios. Vale dizer que a diferença, em termos de taxa, entre o Valor Adicionado a preços básicos e o PIB a preços de mercado, que inclui os impostos líquidos de subsídios, geralmente é pequena. Mas quem vai determinar a real diferença são os impostos. Além disso, São Paulo não agrega os seus resultados pelos três setores: Agropecuária, Indústria e Serviços.

(1) Compara o trimestre de referência à igual do ano anterior.

(2) Compara o resultado acumulado no ano até o trimestre de referência com igual período do ano anterior.

(3) Compara o acumulado nos últimos quatro trimestres de referência a igual período imediatamente anterior.

ESTAS MESMAS INFORMAÇÕES VALEM PARA O VALOR ADICIONADO A PREÇOS BÁSICO (NÃO INCLUEM OS IMPOSTOS).

EQUIPE: IPECE

Eloisa Bezerra (Coordenadora)

eloisa@ipece.ce.gov.br

Rogério Sena

Rogerio.sena@ipece.ce.gov.br

Cristina Lima

cristinalima@ipece.ce.gov.br

Margarida Nascimento

margarida@ipece.ce.gov.br

IPECE

3101-3522;

3101-3508

3101-3517

EGIN

Estatística

- Anuário Estatístico do Ceará.

(<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/Index.htm>)

- Ceará em Números.

(<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/categoria5/ceara-em-numeros>)

- Perfil Básico Municipal.

(http://www.ipece.ce.gov.br/categoria5/publicacoes/perfil_basico/index_perfil_basico.htm)

- Perfil Básico Regional.

(<http://www.ipece.ce.gov.br/categoria5/perfil-basico-regional>)

EGIN

Cartografia

- Base Cartográfica Digital
(<http://www.ipece.ce.gov.br/categoria5/base-2/base-1>)
- Base Cartográfica do Pólo Ceará Costa do Sol
(<http://www.ipece.ce.gov.br/categoria5/polo-costa-do-sol/>)
- Ceará em Mapas
(<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/>)
- Ceará em Mapas Interativos
(<http://mapas.ipece.ce.gov.br>)
- Mapas Municipais
(<http://www.ipece.ce.gov.br/categoria5/municipais/>)
- Assessoria na área de Geoprocessamento
- Limites municipais

LIMITES MUNICIPAIS

O Brasil nas últimas décadas foi marcado por uma grande quantidade de emancipações de municípios e neste contexto o Ceará também passou por um acelerado processo de fragmentação do território em unidades político-administrativas.

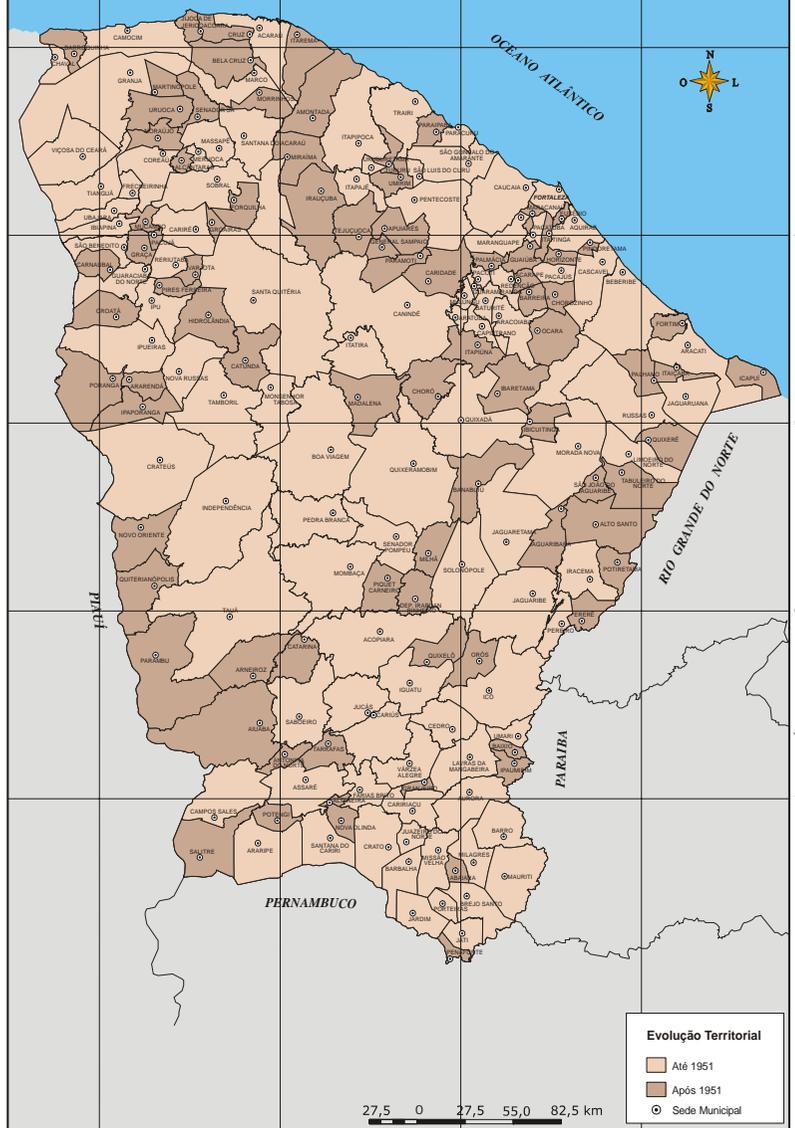
Tabela 1 Evolução político-administrativa - Ceará 1951/2005

Especificação	1951	1960	1970	1980	1991	2000	2008	
Número de municípios	95	8 7	141	141	141	181	184	184
Número de distritos	545	2 6	410	503	503	599	767	810

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Após 57 anos, foram criados 89 municípios e 265 distritos por leis isoladas.

EVOLUÇÃO TERRITORIAL - 1951-2005



Evolução Territorial

- Até 1951
- Após 1951
- Sede Municipal

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Constituição Federal de 1988

- Determina ao Estado a Competência do Ordenamento Político-Administrativo.

Art. 12 – determina que os Estados e Municípios deverão “promover, mediante acordo ou arbitramento, a demarcação de suas linhas divisórias atualmente litigiosas, podendo para isso fazer alterações e compensação da área que atendam aos acidentes naturais, critérios históricos, conveniências administrativas e comodidade das populações limítrofes.”

Art. 18 - A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

Projeto Arquivo Gráfico Municipal- AGM

→ Desenvolvido em parceria I PLANCE - IBGE na década de 1990

→ Objetivos

- Ordenar o território do Estado do Ceará;
- Levantamento do acervo legal;
- Identificar os elementos de divisa no mapeamento topográfico;
- Levantar e compatibilizar as divisas municipais;
- Uniformizar a malha de divisas dos municípios;
- Representar Cartograficamente as divisas municipais;
- Gerar uma malha geometricamente consistente, sem superposições ou vazios de área ou ainda descontinuidade de limites.

LEGISLAÇÃO

- Tipos de Leis definidoras dos Limites Municipais.
- Leis quinquenais de consolidação de divisas;
- Leis isoladas de criação de municípios (que afetam também os municípios de origem e seus vizinhos);
- Leis de alteração de divisas.

BASE CARTOGRÁFICA

→ Escala de 1:1.000.000.

- Referencial Cartográfico da lei 1.153 e dos municípios criados até o início da década de 70.

→ Escala de 1:100.000

- Referencial Cartográfico dos municípios criados até o início da década de 90.
- Elaboradas pela DSG/ SUDENE.
- Levantamento aerofotogramétrico do ano de 1969 com apoio básico anos de 1970 e 1971 revisto, atualizado e reimpresso parcialmente pela DSG no final dos nos 1990.

PROBLEMAS

→ Leis Antigas e Esparsas

- Legislações distintas
- Inexistência de Consolidações Periódicas
- Elaboradas em períodos diferentes
- Elaboradas em escalas distintas

→ Desmembramentos

- Sem a atualização da legislação dos municípios limítrofes.

→ Leis Inconsistentes

- Impossibilidade de definição da linha divisória (referência a elementos desatualizados e inexistentes)

→ Bases cartográficas

- Escala Pouco Detalhada
- Sem atualização

→ Crescimento Populacional

- Ocupação do Território

→ Conseqüências

- **Indefinição dos limites;**
- **Litígios;**
- **Administração em área legal pertencente a outro município;**
- **Distorção da Arrecadação de Impostos;**
- **Eleitores cadastrados fora da zona eleitoral;**
- **Imprecisão nos Cálculos de FPM;**
- **Distorções dos Dados Estatísticos.**

→ SITUAÇÃO DOS LIMITES MUNICIPAIS APÓS O AGM

- Mapas Municipais do Estado do Ceará com os limites municipais levantados no AGM-CE;
- Mapas Municipais Estatísticos do IBGE visando à realização das pesquisas do Censo 2000 e da contagem populacional 2007 com alterações na malha de divisas do AGM;
- Implantação pelo IBGE do uso do Global Position System (GPS) na contagem populacional de 2007.

→ RESULTADO

- Incompatibilidade entre a malha oficial de divisas do Estado e a malha de divisas utilizada pelo IBGE em suas pesquisas censitárias.
- Alteração do posicionamento de algumas localidades, povoados e distritos após o georeferenciamento;
- Inúmeros recursos das Prefeituras, em relação aos limites municipais utilizados pelo IBGE em 2007 e posicionamento das localidades, povoados e distritos;
- Foram realizadas novas análises dos limites municipais;
- IPECE encaminhou pareceres técnicos as prefeituras e Assembléia Legislativa justificando os limites;
- IPECE encaminhou pareceres técnicos ao IBGE solicitando alteração de alguns limites municipais, a partir da análise da legislação vigente.

→ SITUAÇÃO ATUAL

- Os problemas existentes nos limites municipais tomaram uma outra dimensão com o:
 - Desenvolvimento tecnológico;
 - Disseminação das informações referente ao território via internet;
 - Maior conhecimento dos limites municipais;
 - Maior ocupação com o território;
 - Efetivação das ações públicas.
- Em 2009 foi firmado novo convênio entre o IBGE, IPECE e Assembléia Legislativa do Estado do Ceará:
 - Revisão do Arquivo Gráfico Municipal para o Desenvolvimento de Sistema de Informações Geográficas para Gestão do Território (SIGOT);
 - Consolidação da malha municipal do IBGE/IPECE para o Censo2010, com 59 alterações já realizadas;
 - Elaboração de Pareceres Técnicos em parceria com o IBGE;
 - Subsídio à Assembléia na criação de novos municípios com a definição dos limites municipais dos novos municípios;
 - Elaboração do Atlas de Divisas do Estado do Ceará, subsídio para a Nova Lei Geral de Divisas do Estado do Ceará.

Leis Federais após a Constituição Federal de 1988 que fundamentam o Ordenamento Territorial:

- **Emenda Constitucional nº 15 de 12 de setembro de 1996.**
(Necessidade de definição de período e requisitos para criação de novos municípios através de Lei Complementar posterior)
- **Lei 10.521 de 18 de julho de 2002**
(Assegura a instalação dos municípios cujo processo de criação tenha se iniciado antes da Emenda Constitucional nº 15)

Leis Estaduais após a Constituição Federal de 1988 que fundamentam o Ordenamento Territorial

- **Constituição Estadual de 5 de outubro de 1989, art. 31**
(definiu os requisitos para a emancipação dos municípios)
- **Emenda Constitucional nº 3 de 15/08/1991.**
(redefiniu critérios para emancipação dos municípios)
- **Lei Complementar nº 1 de 05 /11/1991.**
(disciplinou o processo de criação dos municípios)
- **Lei Complementar nº 84 de 21/12/2009.**
(redefiniu critérios para emancipação dos municípios)

- **LEI COMPLEMENTAR Nº 84 de 21/12/09**
- **“DISPÕE, SOBRE OS ESTUDOS DE VIABILIDADE MUNICIPAL, PARA A CRIAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E DESMEMBRAMENTO DE MUNICÍPIOS NO ESTADO DO CEARÁ E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**
- população superior a oito mil habitantes
- eleitorado não inferior a 40%
- Nº de prédios superior a 400 (quatrocentos)
- Estudos de viabilidade econômica (estimativa de receitas e estimativa de custos)
- Existência de equipamentos sociais e de infra-estrutura
- Memorial Descritivo Georeferenciado acompanhado de Mapa

→ Essa legislação permite ainda a alteração dos limites municipais com a incorporação e a fusão de áreas, viabilizando soluções para as questões de desobediência administrativa e litígios municipais, possibilitando, desta forma, o reordenamento do quadro político-administrativo do Estado do Ceará.

→ Até o momento foram protocolados na Assembleia Legislativa do Ceará 44 processos que foram encaminhados ao IBGE e IPECE para avaliação do requisito populacional e elaboração do mapa e do Memorial Descritivo Georreferenciado.

→ Limite Municipal

- Área de referência a dados socioeconômicos georreferenciados;
- Definidor da área de ação pública;
- Espaço onde se dá o exercício da cidadania.

SWAP II

- Despesas Elegíveis;
- Indicadores Primários;
- Indicadores Secundários;
- Assistência Técnica.

Números do Ceará*

Eveline Barbosa Silva Carvalho
Diretora Geral do IPECE

*A apresentação de 2009 teve 3.611 acessos no site do IPECE e foi incluída no Anuário do CE.

www.ipece.ce.gov.br

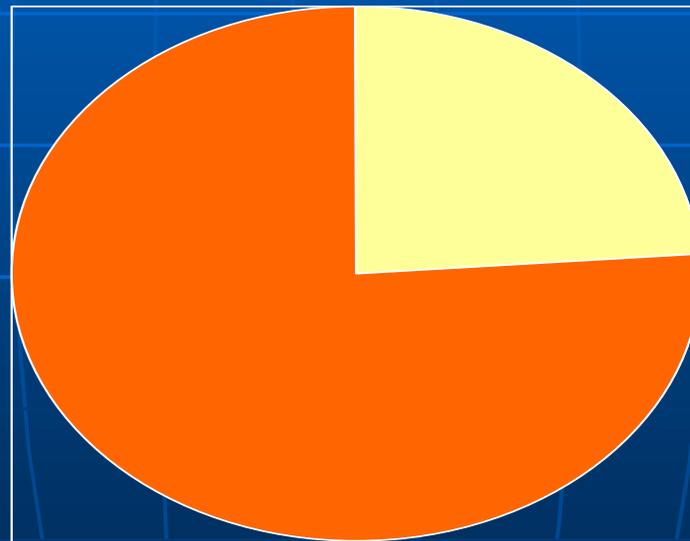
Suponha que o Ceará seja uma aldeia...*

*números arredondados

www.ipece.ce.gov.br

e nela habitem 100 pessoas...

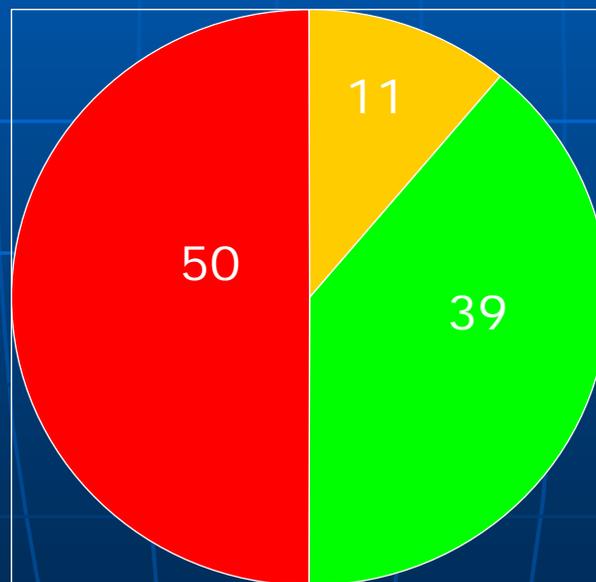
- Vivem em média 71 anos;
- 76 moram em zonas urbanas:



■ zona rural ■ zona urbana

Aspectos demográficos desse Ceará

- 52 habitantes são mulheres;
- Distribuição dos habitantes por faixa etária:



■ >60 anos ■ < 19 anos ■ 20 e 59 anos

Distribuição Etária

Idade	Homens	Mulheres
70	2	3
60 a 69	2	3
50 a 59	3	4
40 a 49	6	6
30 a 39	6	7
20 a 29	9	9
10 a 19	11	11
0 a 9	9	9
Total	48	52

Distribuição da população por cor ou Raça

- 33 são brancos;
- 3 são pretos;
- 64 são pardos.

A Educação nesse Ceará:

- 19 são analfabetos;
- Estudam 6 anos em média;
- Mas, 47 concluiu o ensino fundamental;
- 27 tem ensino médio completo;
- E 6 tem curso superior completo.

Rendimento

- A renda média do trabalho é de R\$525,45;
- As pessoas analfabetas ganham em média R\$226,4;
- Quem tem curso fundamental completo ganha R\$ 417.70;
- Quem tem curso superior tem ganha bem mais: R\$2.407,00;

Concentração de Renda e Pobreza

- Existem 51 pobres* e desses 22 são indigentes**;
- Os 50 mais pobres ficam com 16% da renda da aldeia;
- 1 rico se apropria de 13% da renda do aldeia.

*pessoas que moram em domicílio cuja renda per capita é menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

**pessoas que moram em domicílio cuja renda per capita é menor que $\frac{1}{4}$ salário mínimo.

O Ceará em tamanho real

População do Ceará

- população de 8.547.809 habitantes
- representando aproximadamente 16,0% da população do Nordeste
- 4,46% da população do Brasil

Área do Ceará

- 148.830 km²;
- 9,57% da região NE;
- 1,74% do território nacional;
- 184 municípios;
- 93% em região do semi-árido;

Economia do Ceará

- 3a. Maior economia do Nordeste;
- PIB:
 - Serviços: 70,2%;
 - Indústria: 23,6%;
 - Agropecuária: 6,2%

Agora, comparando o Ceará

- O CE é menos desigual do que o NE e o BR -Índice de Gini (desigualdade de Renda):

CE 0,5373, NE 0,5572, BR 0,5454

- A proporção de renda apropriada pelos 50% mais pobres é maior no CE (16,33%) do que no NE (15,24%) e no BR (15,37%).

comparando o Ceará:

- porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 salários mínimos:



CE 72,69%, NE 69,25%, BR 61,19%

O Ceará é melhor do que o NE:

- Na proporção de domicílios com abastecimento de água adequado

CE 80,72%, NE 78,02%, BR 83,91%;

- No percentual da população (maior que 15 anos) com pelo menos o ensino fundamental completo

CE 46,84%, NE 43,52%, BR 54,36%;

O Ceará é pior do que o NE e o Brasil:

- pior: proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos;

CE 29,85%, NE 32,15%, BR 52,48%

- Em termos de renda domiciliar real per capita***

CE R\$352,44, NE R\$360,14, BR R\$591,38;

*** Valores corrigidos pelo INPC, set 2008.

O Ceará e o NE e BR:

- Grau de Urbanização (%):

CE 76,95, NE 72,39, BR 83,75

- Esperança de Vida ao Nascer (em anos):

CE 70,6, NE 70,10, BR 73,00

Escolaridade: CE, NE e BR:

- Taxa de Analfabetismo (15 anos ou mais):

CE 19,06, NE 19,40, BR 9,96

- Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais):

CE 38,87, NE 39,23, BR 25,56

Escolaridade da População Adulta (25 anos ou mais)

- Escolaridade Média (em anos de estudo):
CE 5,70, NE 5,66, BR 7,04
- Percentual da população 25 anos ou mais com pelo menos o Ensino Médio completo:
CE 27,11, NE 27,13, BR 35,22
- Percentual da população com nível superior completo:
CE 6,17, NE 5,87, BR 10,02

CE, NE e BR

- Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população:

CE 16,33, NE 15,24, BR 15,37

- Proporção da renda apropriada pelos 1% mais ricos da população:

CE 13,44, NE 14,34, BR 12,24

CE, NE e BR

- Proporção de pessoas pobres*

CE 51,08, NE 52,07, BR 30,61

- Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)**

CE 21,96, NE 23,12, BR 11,32

*renda domiciliar per capita menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo;

**renda domiciliar per capita menor que $\frac{1}{4}$ salário mínimo;

O PIB do Ceará

- R\$60.79 bilhões em 2009;
- Crescimento de 3,1% se comparado a 2008;
- Superior ao do Brasil que registrou queda de 0,2%;
- Motivos: desempenho dos setores agropecuário (↓9,0%), indústria (↑1,1%) e Serviços (↑5,6%)

Comércio Exterior do Ceará

- Exportações: US\$1,80 milhões em 2009;
-  de 15,3% em relação a 2008;
- Importações: US\$1,230 milhões;
-  de 21,1% em relação a 2008;
- *Deficit* de US\$ 150 milhões

Avanços: variação percentual de 2004-2008

- Grau de Urbanização (%):
CE 0,56, NE 1,24, BR 0,89
- Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%):
CE 8,82, NE 6,67, BR 2,04
- Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%):
CE 20,56, NE 16,74, BR 9,27
- Taxa de mortalidade infantil (por 1.000):
CE -13,86, NE -12,91; BR -11,32

Avanços: variação percentual de 2002-2007

- Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais):

CE -12,57, NE -13,46, BR -13,01

- Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo):

CE 15,38, NE 15,04, BR 10,34

- Renda domiciliar *per capita* real (R\$):

CE 34,26, NE 32,53, BR 25,37

Considerações Finais

- O Ceará possui nível social melhor que o Nordeste e vem apresentando avanços sociais superiores ao Brasil e ao Nordeste na maioria dos indicadores (2007-2008, de 1998-2008 e de 2004-2008);
- De 2007-2008 cerca de 300 mil pessoas deixaram de ser pobres.
- De 2007-2008 cerca de 400 mil pessoas deixaram de ser indigentes.
- Crescimento do PIB superior ao do Brasil.

Fonte dos dados apresentados:

- Indicadores Sociais do Ceará 2008;
- Ceará: Resultados do Produto Interno Bruto 2009;

Parabéns aos
Colaboradores e Parceiros
do IPECE pelo 7º
Aniversário!